# **Universidade de São Paulo**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Departamento de História

Prof. Rodrigo Goyena Soares

e-mail: rodrigo.goyenasoares@usp.br

2º semestre 2021 – FLH0647

# **História Econômica do Brasil Império**

1. A formação do complexo cafeeiro vale-paraibano na década de 1830
* SALLES, Ricardo, MARQUESE, Rafael. A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e formação do Estado nacional brasileiro, 1822-1848. In: MUAZE, Mariana, SALLES, Ricardo (orgs.). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão. Rio de Janeiro: FAPERJ / 7 Letras, 2015.

**O constitucionalismo português**

* *O Vintismo*, levante constitucionalista no Porto, assume duas faces:
	+ Face liberal: limitação do poder real.
* Convocação das Cortes para deliberar sobre projeto constitucional que deveria pôr fim ao absolutismo português.
	+ Face conservadora: restringir autonomia do Brasil e desfazer os tratados com a Inglaterra.
* Exige-se o regresso do Dom João VI.
* Para o Brasil, *Vintismo* relembrava condição colonial, embora não houvesse intencionalidade quanto à recolonização:
	+ Tratados Desiguais!
	+ Duas faces do Vintismo guardam relação com grau de autonomia que seria dado ao Brasil.

**O Primeiro Reinado**

* A Constituição de 1824
	+ A Assembleia Constituinte de 1823
		- Formação do novo ministério: José Bonifácio de Andrada e Silva
		- País fraturado: 11 mil tropas portuguesas contra 13 mil brasileiras.
			* Exército e Marinha do Brasil superiores em número aos dos Estados Unidos.
	+ Por que dar uma Constituição ao novo Império?
		- Garantir unidade territorial.
		- Integrar preceitos liberais: modelo vintista.
	+ 3 de junho de 1823: convocação da Constituinte.
	+ Dom Pedro I somente juraria à nova Constituição se a julgasse digna dele.
		- Contornar possíveis excessos liberais.
* 11 de novembro de 1823: Pedro I dissolve a Assembleia Constituinte.
	+ Inspiração no movimento português da Vilafrancada: 3 de junho de 1823, pôs-se fim à experiência liberal das Cortes.
		- Restauração do poder absolutista de Dom João VI.
	+ No Brasil, a Vilafrancada tornou-se “A Noite de Agonia”.
		- Exílio dos irmãos Andrada.
		- Juras de Pedro I, contudo: daria uma constituição duplamente mais liberal.
* A crise econômica do Primeiro Reinado
	+ Crise na quase totalidade do Primeiro Reinado.
		- Renovados os privilégios alfandegários com a Inglaterra.
		- Empréstimo de 2 milhões de libras esterlinas contraído junto à Inglaterra, como preço do reconhecimento da independência pago a Portugal.
		- Novo empréstimo de 3 milhões de libras após a independência:
			* Empréstimos constituem 15% do PIB brasileiro.
		- Guerra Cisplatina (1825-1828).
			* Ao término da guerra, os títulos do tesouro em circulação somavam 21,5 mil contos de réis, quando o orçamento imperial era de 12 mil.
		- Banco do Brasil recorre à emissão do meio circulante:
			* Inchaço monetário.
			* Títulos do tesouro passam a ser pagos com altos índices de deságios:
				+ O detentor do título, quando buscava ser ressarcido pelo empréstimo feito aos cofres públicos, recebia papel-moeda em valor inferior aos depósitos iniciais em moeda metálica.
		- 1829: Extinção do Banco do Brasil.
			* Daí em diante, somente circularia papel-moeda.
		- Constantes desvalorizações do mil-réis contribuíram para o surto inflacionário.
			* Favoreceu exportações: café, couro, cacau e fumo.
			* Mas!
			* Afeta capacidade de importação.
* Quais recursos para melhorar situação orçamentária?
	+ Taxar exportações?
		- Acentuaria a oposição liberal, ligado às facções brasileiras de proprietários rurais.
	+ Taxar as importações?
		- Cairia ingresso de bens manufaturados, quando a produção manufatureira nacional era pouco expressiva.
		- Inflação.
		- Tratados Desiguais.
			* Extensão das preferências alfandegárias à França, Áustria, Prússia e às Cidades Hanseáticas (1826): reconhecimento da independência.
			* Tratado Anglo-Brasileiro de 1826/7.
				+ Malgrado barganha vislumbrada por José Bonifácio.

O Brasil representava para a Inglaterra, à época, em termos comerciais, metade do exportado para a Ásia, 2/3 do vendido para os Estados Unidos e ¾ do comércio com a América espanhola.

* + - * 1828: Lei Bernardo Pereira de Vasconcellos; equipara a barreira tarifária de 15% ad valorem aplicada às mercadorias inglesas.

Garantir aliança política com a Europa!

* A nova ordem política do 7 de abril de 1831
	+ Com o Parlamento em recesso, formou-se a Regência Trina Provisória em 7 de abril de 1831.
		- Duraria até 7 de junho do mesmo ano, quando se convocariam eleições na Assembleia Geral do Império, para formar uma Regência Trina Permanente.
		- Rito previsto nos artigos 121 e 130 da Constituição de 1824.
		- Pela formação de 7 de abril, quando se convocaram às pressas deputados e senadores no Paço do Senado, o senador Vergueiro, o senador Carneiro de Campos e o brigadeiro Francisco de Lima e Silva eram os novos regentes provisórios.
			* Tão logo assumiram, decretou-se a destituição do ministério dos marqueses e a readmissão daquele demitido por Dom Pedro I.
			* Anistiaram os presos políticos, e suspendeu-se temporariamente o Poder Moderador, o que significava que a Câmara de Deputados não poderia ser dissolvida.
		- Em 7 de junho, era eleita a Regência Trina Permanente: confirmava-se o brigadeiro Francisco de Lima e Silva na regência, mas os outros dois foram substituídos por João Bráulio Muniz e por José da Costa Carvalho.
* O avanço liberal (1831-1837)
	+ 1831: criação da Guarda Nacional (inspiração em sua homóloga francesa).
		- Reequilibrar as forças no seio do Exército.
			* A cúpula de comando do Exército era composta por portugueses.
		- Limite de 10 mil homens para o Exército (antes eram 30 mil).
	+ Nomeação do padre Antônio Feijó para o ministério da Justiça:
		- Avanço liberal em marcha acelerada:
			* 1832: criação do Código do Processo Criminal: habeas corpus e juiz de paz.
				+ Juiz de paz: eleito em base municipal, subordinando a Guarda Nacional, também de formação local.
			* 1834: Ato Institucional (única reforma constitucional no período):
				+ Votado pela Câmara de Deputados.
				+ Assembleias Provinciais tornam-se Assembleias Legislativas Provinciais: capacidade legislativa.
				+ Município neutro do Rio de Janeiro.
				+ Suspensão do Poder Moderador e do Conselho de Estado.
			* Criação da Regência Una: deveria ter concordâncias das Assembleias Legislativas Provinciais, 4 anos de mandato.
				+ Feijó torna-se Regente Uno.

Sedições populares e forças centrífugas



 

O regresso conservador e o golpe da maioridade

* + - Feijó renuncia em 1837.
			* Assume a presidente da Câmara Pedro de Araújo Lima, senhor de engenho pernambucano, conservador e inconteste opositor do Ato Adicional.
		- 1838: Araújo Lima vence eleições para a Regência Una: apoio de 15 das 18 províncias do Império.
			* Deu-se início ao período do regresso conservador: regresso à centralização, à autoridade, ao reinado em detrimento da regência.
* **Medidas adotadas por Araújo Lima:**
	+ Bernardo Pereira de Vasconcellos nomeado para a pasta de Justiça.
	+ Maciel Monteiro para os Negócios Estrangeiros e Joaquim José Rodrigues Torres, futuro Visconde de Itaboraí, para a Marinha; Miguel Calmon para a Fazenda.
		- 1840: Lei de Interpretação ao Ato Adicional:
			* + Assembleias Provinciais perdem faculdade de legislar, de nomear e de transferir funcionários e de suspender sumariamente os magistrados.
	+ Formação política do complexo cafeeiro no vale do paraíba fluminense.

**Volume** **das exportações brasileiras**, 1821-1850



**Fonte**: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Repertório Estatístico do Brasil*: quadros retrospectivos, n. 1 (separata do *Anuário Estatístico do Brasil*, ano V, 1939/1940). Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1941, pp. 84 e 86.

**Valor** **das exportações brasileiras**, 1821-1850



**Fonte**: ver gráfico anterior.

**Africanos** **desembarcados no Brasil por região**, 1821-1850



**Fonte**: <https://www.slavevoyages.org/estimates/Osig7Gug>, consultado em 5 de mar. 2021.

* 1841: retorno dos conservadores.
	+ - Reestabelecimento do Conselho de Estado.
		- Reestabelecimento do Poder Moderador.
		- Reforma do Código do Processo Criminal: juiz de paz sai de cena (embora ainda eleito), visto que, agora, era submetido ao poder dos chefes de polícia nomeados pela Corte.
		- Reforma da Guarda Nacional: oficiais nomeados pela Corte – restringir poder local -.
		- Exército retoma responsabilidade sobre a integridade do país.